

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Autora: Joaracy Lima de Paula
PPGEP/IFRN
jolipa7@hotmail.com

Coautora: Mylenna Vieira Cacho
PPGEP/IFRN
mylenna.vieira@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica que visa refletir acerca da origem da educação profissional de jovens e adultos no cenário nacional. Para tanto, fundamentaram nosso estudo autores como Freire (1975), Ferreira (2010), Gadotti (2011), Moura (2006), por discutirem sobre a formação do trabalhador no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos, a educação profissional e o PROEJA. Ao final das reflexões aqui gestadas percebe-se que as políticas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos foram marcadas por interesses político-econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work appears as a literature that seeks to reflect on the origin of the professional education of youth and adults on the national scene. To do so, justifying our study authors as Freire (1975), Ferreira (2010), Gadotti (2011), Moura (2006), for discussing on worker training in Brazil, Education for Youth and Adults, professional education and PROEJA. At the end of the reflections gestated here it is realized that policies for the Education of Youth and Adults were marked by political and economic interests.

KEYWORDS: Professional Education. Education for Youth and Adults. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A educação como direito de todos nem sempre tem chegado de fato a todos. Ao longo de sua história ela foi determinada pelo contexto político-econômico. E nesse sentido, muitos foram marginalizados em detrimento da formação de qualidade destinada a um grupo restrito. Uns desde cedo eram separados para o trabalho manual, técnico, enquanto outros, assumiam o trabalho intelectual. A instrução básica para os primeiros, ao passo que uma longa jornada formativa para os que assumiriam o trabalho intelectual, as funções de dirigentes.

Na atualidade, quando voltamos nosso olhar para o universo da Educação de Jovens e Adultos percebemos que sua demanda tem crescido a cada dia, porém permanece deixada “as moscas”. Portanto, pensar e repensar sobre essa modalidade e as condições que se impõe a ela faz-se necessário; refletir sobre as políticas de formação docente capazes de atender tal demanda também; e rever a qualidade/condições de sua oferta, urgente. É sobre esse universo que nos pomos a refletir acerca da origem da educação profissional de jovens e adultos no cenário nacional.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil nasceu no cenário da sociedade civil, resultado das deficiências do Sistema Educacional que ocasionaram ações governamentais de políticas assistencialistas, populistas e compensatórias. Os primeiros registros apontam os jesuítas, no Brasil colônia, catequizando as nações indígenas. No Império, os primeiros apontamentos do Ensino Noturno para Adultos foram denominados educação ou instrução popular. A transição para a República trouxe movimentos contra o analfabetismo por interesse no voto e ascensão social.

Mas, é a partir da década de 30, com o surgimento do Movimento Escola Nova e com as transformações econômicas e sociais, decorrentes do processo de industrialização e urbanização, além de constar na constituição de 1934 a inclusão do ensino primário gratuito obrigatório para a população, que a educação voltada a adultos delimita seu lugar no Brasil.

A educação de jovens e adultos no Brasil, de acordo com Paiva (2003, p.215) tem seu marco inicial na década de 40, sobretudo em 1947, por meio do I Congresso Nacional de Educação e Adultos.

Segundo Moacir Gadotti (2011), a história da educação de adultos, propriamente dita, no Brasil, poderia ser dividida em três períodos: de 1946 a 1958, em que foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de “cruzadas”; de 1958 a 1964, período em que se colocou em prática o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964; e no governo militar com campanhas como a Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã) e, posteriormente, com o MOBREAL.

Sobre o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), foi criado por meio da lei nº 5.379/67, em pleno regime militar e diante de um Brasil cheio de analfabetos e estagnado em subdesenvolvimento. Tal movimento foi idealizado em busca de alternativas para dar respostas às críticas feitas ao Programa Cruzada ABC que recebia apoio do Estado.

Com a “redemocratização”, em 1985, a Nova República, O MOBREAL é extinto e cria-se a Fundação Educar, com objetivos mais democráticos, mas com menos recursos. Em seguida, no ano de 1989, foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, com a finalidade de preparar o Ano Internacional da Alfabetização que ocorreria no ano seguinte, e continua até hoje com o objetivo de elaborar diretrizes para a formulação de políticas de alfabetização a longo prazo que nem sempre são assumidas pelo governo federal.



Percebe-se, assim, que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, segundo Moura (2006, p.5):

[...] é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado.

A nova LDB 9.394/96 não trouxe muitas mudanças em relação à educação de jovens e adultos: há uma reafirmação do direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico adequado às suas condições peculiares de estudo, e o dever do poder público em oferecê-lo gratuitamente na forma de cursos e exames supletivos. A novidade foi quanto ao rebaixamento das idades mínimas para que os candidatos se submetam aos exames supletivos, fixadas em 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Outra consideração a ser feita foi a abolição da distinção entre os subsistemas de ensino regular e supletivo, integrando organicamente a educação de jovens e adultos ao ensino básico comum.

Após a LDB, durante alguns anos, a educação de jovens e adultos permaneceu sem novidades sob a ótica da legislação. Entretanto, muitos acontecimentos nessa área foram realizados: Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, em 1996; a Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, em 1997; o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA. Estes espaços de discussões e articulações colaboram para elaboração de políticas públicas para a educação de jovens e adultos, sendo compatíveis com as especificidades e necessidades educacionais heterogêneas, além de serem espaços de vozes dos sujeitos de diferentes contextos sociais e culturais.

Porém, sem dúvida, um marco para a Educação de Jovens e Adultos, articulada com a educação profissional foi o PROEJA, criado em 2005, e que está posto a partir da



ação legal do Governo Federal no que se refere ao cumprimento de sua obrigação conforme art. 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). O PROEJA é uma ação política, cumprida pelo Estado ao direito social dos cidadãos que não possuem escolaridade e que não tiveram oportunidade de cursar a educação básica em idade própria, ficando excluídos da escola e, conseqüentemente, do mundo do trabalho.

Com isso, não podemos dissociar o PROEJA das discussões aqui apresentadas, visto que conforme afirma Ferreira (2010, p.88):

[...] consideramos um avanço a edição de um decreto voltado a fomentar a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito das escolas técnicas federais (atual Instituto Federal) e, especialmente, uma formação desenvolvida sob a perspectiva da integração da formação acadêmica e formação para o trabalho, não obstante o instrumento jurídico ser um decreto.

O PROEJA, como parte de uma política de inclusão social voltada ao atendimento de jovens e adultos com distorção idade e série, é uma proposta diferente das outras apresentadas, visto que contempla o aumento do nível de escolaridade, articulado com a educação profissional, e visa possibilitar ao aluno um ambiente propício para aliar teoria e prática, contemplando suas histórias de vida, seus saberes e diversidades, a fim de que os discentes tenham condições de continuidade dos seus estudos e se integrem com os conteúdos de formação profissional. Por isso, Moura (2006, p.34,35) afirma:

Educar jovens e adultos, em última instância, não se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais. E isto se faz desde o lugar que passam a ocupar políticas públicas, como sujeitos de direitos. Nenhuma aprendizagem, portanto, pode-se fazer destituída do sentido ético, humano e

solidário que justifica a condição de seres humanizados, providos de inteligência, senhores de direitos inalienáveis.

Para isso, novas políticas são emergentes como as de que atendam à formação continuada de professores, por ser um campo específico de conhecimento, com o intuito de atender e corresponder as necessidades mínimas exigidas para o sucesso dessa modalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional no Brasil, desde o início, vem revestindo de um cunho assistencialista, discriminatório, moralista, por ser destinada às camadas mais carentes da sociedade, se caracterizando por um baixo nível de consistência teórica e empírica.

A discussão sobre o contingente de jovens e adultos marcados pelo insucesso, a não permanência e o fardo do fracasso escolar associado à inserção destes ao mundo do trabalho, faz com que a EJA agonize na sua própria realidade de necessidade de dedicação à sua especificidade não por ser diferente, mas por não ser igual, no sentido de se criar espaços escolares adequados e significativos.

Com o PROEJA, nasce uma esperança de repor os débitos históricos com este público. Porém há uma preocupação com a qualificação dos professores que atuarão nesta modalidade é preocupante, visto que por ser uma modalidade nova, o PROEJA, é necessário que o professor tenha uma formação específica e correspondente que atendam conhecimentos da Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação Básica. Freire (1996, p.68) acrescenta: “Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho.”

Para exercer a docência no Ensino Médio e Fundamental das escolas públicas do Brasil exigem-se cursos de licenciatura, e a educação profissional integrada à Educação Básica não está incorporada no currículo do curso de graduação, então é necessária a formação continuada desses educadores. Esta, muitas vezes, é lançada pelo poder público na tentativa de suprir demandas urgentes de formação para o trabalho profissional docente. No entanto, como pensar em formação continuada a conhecimentos que ainda não se tem? Ou se tem, são vistos, muitas vezes, de forma superficial, como acontece com a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos que não são estudados com profundidade nos cursos de formação inicial.

Assim, ao pensar em PROEJA, pensa-se em caminhos não tão aprofundados na maioria dos cursos de graduação. Então, seria a especialização em PROEJA ou qualquer outro curso de capacitação neste campo, uma formação continuada ou uma formação inicial de um programa criado para atender a um público específico diante de um contexto histórico e social?

Diante disso, busca-se uma compreensão de que os conteúdos do currículo comum estejam interligados à formação técnica, à parte diversificada. O professor necessita de formação e informação para que não se ensine conteúdos descontextualizados e que se alie a prática às teorias.

Percebe-se, assim, que há uma urgência em se buscar entender se as aplicações das políticas de formação de professores para atuarem no PROEJA estão surtindo efeitos positivos ou se há necessidade de mudanças, visando a formação de um indivíduo de forma integral/omnilateral, na direção de uma escola unitária e politécnica (que, segundo Saviani (2003) se refere ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno), e não no dualismo, fragmentação e aceitação da alienação de propostas hegemônicas impostas pelo capitalismo. Busca-se um processo educativo emancipatório, que resgate o princípio da formação humana em sua totalidade, com seres críticos, autônomos e preparados para o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA** Formação inicial e continuada / Ensino fundamental. Documento Base, 2007.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Edna Castro. Entre a inclusão social e a integração curricular: os dilemas políticos e epistemológicos do PROEJA. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.1,n.1,p.87-108, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1975.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**.12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Dante Henrique. EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio. In: **Projeto Salto para o Futuro**. Ministério da Educação. Boletim 16. Setembro 2006.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. 6.ed., ver.,eamp1. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. In: **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v.1, p. 131-152, 2003.